

Envolvimento em Organizações de Juventude



Escoteiros do Brasil
Rede Nacional de Jovens Líderes



Envolvimento em Organizações de Juventude.
Agosto 2020

Rede Nacional de Jovens Líderes

Envolvimento em Organizações de Juventude

Rede Nacional de Jovens Líderes

1ª Edição - Agosto de 2020

Coordenação

Felipe da Silveira Bertoglio e Nathália Castilhos Neves de Oliveira.

Escrita

Bárbara Lopes Neves Vieira, Cassiano Martins, Dante Pessoa Othon, Diogo Henrique Molina, Felipe da Silveira Bertoglio, Geovani Assis Silva de Freitas, Ian Odara Araújo Leal, Isabel Cristina Rodrigues dos Santos, João Pedro Neves Drumond, Maria Julia Crisostomo dos Santos, Matheus Valois Serra, Nathália Castilhos, Raphaela Faustino Ferreira Alves, Thales Ruan Piovezan, Victor Schote Nogueira.

Relatos

Bárbara Lopes Neves Viera, Brisa Silva Bracchi, Gabriel Medeiros de Miranda, Luís Filipe Eich, Mariana Silva Lyra, Nathália Castilhos Neves de Oliveira, Pedro Henrique dos Santos Alves, Pedro Lucas Gorki Azevedo de Oliveira, Rafael Benjamin Werneburg Evaristo, Maycon Dias Cadorini, Matheus Valois Serra, Thales Ruan Piovezan.

Revisão

Eduardo Evaldt Manique e Felipe da Silveira Bertoglio.

Diagramação

Larissa dos Santos de Oliveira e Maria Luiza Konolsaisen Giller.

Envolvimento em Organizações de Juventude



Apresentação:

Há quase vinte anos, a Rede Nacional de Jovens Líderes dos Escoteiros do Brasil trabalha para garantir que jovens ocupem espaços de tomada de decisões dentro da instituição, que apliquem corretamente as práticas democráticas do Programa Educativo e que se envolvam com a sociedade. Especialmente quanto ao último ponto, é recorrente que nos deparemos com obstáculos para nos envolvermos nos mais variados espaços de juventude. Onde se envolver? Como se envolver? Por que se envolver?

A cartilha de Envolvimento em Organizações de Juventude é uma resposta a essas perguntas. Com esse documento, queremos te apresentar múltiplas organizações e formas de participação social próprias da juventude. Através da cartilha, esperamos te ajudar a entender o papel da juventude na sociedade brasileira, quais as conquistas desde a redemocratização do Brasil e porque entendemos que a juventude não é o futuro, mas o presente.

Para nos ajudar nessa jornada, convidamos alguns jovens que irão nos contar suas vivências, sobre como se envolveram em organizações de juventude e, possivelmente, te inspirar a fazer o mesmo.

Se você tem entre 15 e 29 anos de idade, venha conosco conhecer essas oportunidades incríveis de participação. Ao ler esse documento, você irá perceber que somos plurais em ideias, atuações e objetivos, e que não podemos comprimir tudo em um único espaço de participação. Através da cartilha, esperamos que você também se inspire, inicie a sua jornada de participação social e política e, como um escoteiro ou uma escoteira que exerce a cidadania ativa, participe conosco da construção de um mundo melhor!

Às pessoas acima dessa faixa etária, agradecemos e parabenizamos por buscar nesta cartilha uma fonte de ideias e possibilidades de incentivo à participação dos jovens com os quais se relacionam em organizações de juventude. Lembremos sempre que o propósito do Movimento Escoteiro é contribuir para que os jovens assumam seu próprio desenvolvimento e tornem-se cidadãos e cidadãs ativos em suas comunidades. Para isso, a busca de informação pelos educadores e educadoras no escotismo é fundamental.

Escoteiramente,

FELIPE BERTOGLIO
Coordenador

LARISSA OLIVEIRA
Comunicadora

MARIA LUIZA GILLER
Comunicadora

NATHÁLIA CASTILHOS
Coordenadora

Sumário:

Apresentação	5
Sumário	6
A Juventude na Sociedade Brasileira	8
1.1 Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude	9
1.2 PEC da Juventude	9
1.3 Estatuto da Juventude	10
1.4 Plano Nacional de Juventude	11
1.5 Segmentos de Atuação da Juventude	11
Organizações de Juventude	12
2.1 Grêmios Estudantis	13
2.2 União Brasileira dos Estudantes Secundaristas	15
2.3 Diretório Central dos Estudantes (DCE)	17
2.4 União Nacional dos Estudantes (UNE)	18
2.5 Movimento Empresa Júnior (MEJ)	20
2.6 Juventude Partidária	23
2.7 Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE)	25
2.8 Conselho Estadual de Juventude (CEJUV)	27
2.9 Conselho Municipal de Juventude	29
2.10 Organização das Nações Unidas (ONU)	30
2.11 Organização Mundial do Movimento Escoteiro (OMME)	32
Apenas um ponto de partida	33
Bibliografia	34



*A juventude
na Sociedade
Brasileira*

A juventude na sociedade brasileira

Antes de falarmos sobre organizações, devemos entender a importância dos movimentos de juventude para a sociedade brasileira; qual o histórico de lutas e conquistas que nós jovens temos na bagagem; como a juventude passou a ser vista como uma parcela de grande importância para a sociedade brasileira, sujeito de diversas políticas públicas; e como os movimentos e organizações de juventude receberam maior reconhecimento.

Esse histórico, não por acaso, acontece em um período onde as transformações geopolíticas colocam em xeque a estrutura social que nos acompanha há séculos. Caso único em toda a história, as pessoas do século XXI terão a chance de testemunhar uma mudança absoluta do perfil demográfico em todo o globo; projeções mostram que a população mundial chegará ao pico por volta de 2100, decrescendo logo em seguida não pela mortalidade e, sim, pelo baixo número de nascimentos no planeta. Em oitenta anos, a humanidade deixará de ter o maior número de jovens da história, para viver um envelhecimento coletivo nunca antes experimentado

A juventude do início do terceiro milênio construirá as bases físicas e culturais para um novo período de nossa espécie.

Esse processo será acelerado na América Latina em geral e, particularmente, no Brasil. A população brasileira já possui pouco menos de duas crianças para cada casal, fato que evidencia o início da diminuição populacional. Os jovens responsáveis por reinventar o país durante essa transição demográfica, contudo, enfrentam dois graves problemas: o desemprego que atinge quase 1/3 dos brasileiros entre 18 e 24 anos; e a educação precária que faz com que 90% dos estudantes no final do Ensino Médio não saibam o adequado em matemática. De forma correlata, 1 em cada 4 jovens brasileiros, entre 15 e 29 anos, não estudam e nem trabalham.

O desenvolvimento do país passa necessariamente pelas mãos da juventude, que hoje não consegue mostrar sua capacidade.

A condição de ser jovem impõe dificuldades intrínsecas à transição para a vida adulta. Porém, observar o recorte etário em questões como pobreza e violência é fundamental para compreender os desafios para a juventude no Brasil: Quase metade das crianças e adolescentes até 14 anos vive em um lar cuja renda mensal é inferior a R\$500,00; mais da metade das pessoas presas no Brasil têm menos de 30 anos, em sua maioria negros; 6 em cada 10 estupros cometidos no país são contra menores de 14 anos, em sua maioria mulheres, 55% das vítimas de homicídio com intenção de matar são menores de 30 anos.

O envolvimento juvenil na sociedade é o primeiro passo para transformar esse cenário. A esperança surge como consequência da ação, e ter esperança é agir para fazer do possível uma realidade.

Essa contextualização é acentuada pelo Censo de 2010 do IBGE, responsável por evidenciar que, já no início deste século, a parcela da população brasileira compreendida como jovem ultrapassou as 50 milhões de pessoas. Assim, marcando o início de um crescente investimento social da juventude, e seguindo uma tendência mundial de maior visibilidade e apoio para a juventude, foi criada, em 2003, a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude da Câmara dos Deputados, responsável por propor políticas e criar o Plano Nacional de Juventude. Ainda em 2003, realizou-se a Semana Nacional da Juventude, que contou com a participação de centenas de jovens, de 21 estados brasileiros, que em conjunto realizaram discussões e propuseram políticas. Este foi um marco simbólico para a juventude no Brasil, responsável por identificar necessidades e por pavimentar o caminho para diversas conquistas que vieram a ser consagradas desde então.

1.1 A Secretaria Nacional de Juventude e o Conselho Nacional de Juventude

Em 2005, a criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e da Secretaria e Conselho Nacional da Juventude, instituídos pela Lei federal 11.129/2005, mudou a forma como era vista a juventude na sociedade brasileira, saindo de uma visão de simples transição da vida infantil para a adulta, tornando-se um grupo com necessidades particulares, alvo de políticas públicas focais.

A Secretaria Nacional de Juventude, segundo seu relatório de gestão 2017-2018 - "Os Avanços da Política Nacional de Juventude" -, tem por finalidade: "formular, coordenar, integrar e articular políticas públicas para a juventude, além de promover programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para as políticas juvenis". Analogamente, existem Secretarias Estaduais e Municipais que são responsáveis por temas referentes à juventude em suas localidades.

O Conselho Nacional de Juventude tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais

1.2 A PEC da Juventude

Promulgada em 13 de julho de 2010, a Emenda Constitucional nº 65, popularmente conhecida como PEC da Juventude - que deu origem à Emenda -, altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal, que passa a contemplar os jovens, e modifica o seu art. 227, que dispõe sobre os direitos sociais e civis da criança e do adolescente, passando a abranger, também, o jovem.

Esta Emenda impõe a obrigatoriedade do Estado contemplar o jovem nos programas de assistência integral à saúde, de prevenção e atendimento especializado para as pessoas com deficiência, de prevenção e atendimento especializado ao dependente de entorpecentes e drogas e de garantia de acesso do trabalhador à escola.

A Emenda também estabelece a previsão constitucional do Estatuto da Juventude e do Plano Nacional de Juventude, este último com renovação decenal.

1.3 Estatuto da Juventude

É a Lei 12.852, de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude no Brasil. O Estatuto é a principal legislação sobre juventude no Brasil, e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes de políticas públicas de juventude, o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE e os Conselhos de Juventude. É esta Lei que institui a definição atual de juventude, de forma que se entende como jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade.

Este Estatuto faz com que os direitos, previstos na lei, referentes à educação, trabalho, saúde e cultura, sejam aprofundados para atender às necessidades específicas dos jovens, respeitando as suas trajetórias e perspectivas

São direitos da juventude, nos termos do estatuto:

- I- Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil;
- II- Direito à Educação;
- III- Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda;
- IV- Direito à Diversidade e à Igualdade;
- V- Direito à Saúde;
- VI- Direito à Cultura;
- VII- Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão;
- VIII- Direito ao Desporto e ao Lazer;
- IX- Direito ao Território e à Mobilidade;
- X- Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente;
- XI- Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça;

1.4 Plano Nacional de Juventude

O Projeto de Lei nº. 4530/04 cria um agrupamento de ações que beneficiam a juventude brasileira, compreendida entre as idades de 15 a 29 anos, por meio do denominado Plano Nacional da Juventude (PNJ). O Plano foi elaborado durante audiências públicas, realizadas pela Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, com o objetivo de levantar as demandas e necessidades dos jovens, através da opinião desses.

Embora ainda não aprovado e em constante revisão, trata-se de uma ferramenta que orienta a estruturação de políticas para a juventude desde 2004, sendo um dos marcos simbólicos da área.

1.5 Os segmentos de Atuação da Juventude

São diversos os segmentos que dialogam com a juventude. podemos elencar algumas frentes de atuação nas quais a juventude tem maior propriedade ou então que representam as constantes lutas protagonizadas pelos jovens na sociedade brasileira, como os movimentos de educação, de profissionalização e empreendedorismo, de participação política e de igualdade e inclusão social.

Muitas vezes, esses movimentos, formados por diversos jovens que se unem em prol de um objetivo comum, passam a se organizar de forma mais clara, permitindo que tenham uma representação mais evidente, um maior impacto em sua área de atuação e aumentando seu alcance, permitindo que mais jovens participem.

Considerando a juventude como grupo social que atua de maneira transversal na sociedade, é recorrente que existam espaços de atuação da juventude dentro de outros segmentos de recorte racial, histórico, temático e/ou identitário, como juventude negra, juventude feminista, juventude partidária, dentre outros.

As políticas públicas de Juventude, assim como o Estatuto de Juventude, são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação; e
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações



As
Organizações
de Juventude

As organizações de juventude

Organizações são, em sentido amplo, associações de pessoas que combinam esforços pessoais para a realização de objetivos coletivos, de forma racionalizada e estruturada. Podemos identificar, para fins desta publicação, organizações governamentais, organizações da sociedade civil e organizações intergovernamentais.

As organizações governamentais são as entidades que pertencem a determinado governo e são administrados por ele. Organizações da sociedade civil, de forma simplificada, são instituições privadas sem fins lucrativos, que prestam serviços com finalidade social. Por sua vez, as organizações intergovernamentais, também conhecidas como organizações governamentais internacionais, são compostas por Estados soberanos e outras organizações civis.

Aqui iremos listar algumas organizações que atuam em prol da juventude de forma direta. Através dessa apresentação, assim como dos relatos, esperamos que mais jovens adultos se inspirem, descubram novas oportunidades e ocupem espaços.

2.1 Grêmios Estudantis

Os Grêmios Estudantis, de acordo com a Lei nº 7.398, de 1985, são entidades de representação de estudantes dos ensinos fundamental e médio com fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. As agremiações estudantis protagonizaram muitos movimentos sócio-culturais desde o início do século XX, incluindo a luta por mais direitos para os estudantes e com participação ativa no cenário político nacional.

A participação em Grêmios Estudantis é um fator comum em muitas lideranças nacionais. A cultura de representação dessas entidades é reconhecida como um espaço para que jovens deem os primeiros passos na vida social e política, desenvolvendo capacidades de gestão e representação muito úteis para a vida adulta.

Os Grêmios Estudantis são regidos por um Estatuto, aprovado em Assembleia Geral pelos estudantes. Para fazer parte da Diretoria do Grêmio Estudantil, o estudante ou a estudante deverá participar do pleito eleitoral que ocorre anualmente. O processo, incluindo prazos, composições e afins, pode variar de acordo com o Estatuto do Grêmio de cada instituição de ensino.



Caso sua escola não tenha Grêmio, busque informações de como abrir no site da UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas), lá você encontrará um passo-a-passo de todo o processo de criação de um Grêmio, incluindo modelos para a documentação necessária.





Diogo Henrique Molina

Presidente do Grêmio Estudantil da E.E.
Profº Genésio Machado 2017-2019
G.E. Rekóy - 282/SP

"Iniciei no Grêmio estudantil como diretor de comunicações quando ainda tinha 13 anos; no ano seguinte, montei uma chapa para concorrer às eleições gremistas de minha escola. Em questão de dois dias intensos de regulação eleitoral, saiu o resultado, fomos eleitos com mais de 77% de votos em toda unidade de ensino. Estudei numa escola Polo de deficientes auditivos, a qual desde sua fundação atende a comunidade surda. Até aí tudo bem, mas tínhamos o desafio de adaptar os projetos do Grêmio para atender e incluir nossos alunos DA's no cotidiano da escola, seja nos projetos sociais e até mesmo nos projetos culturais da escola. Sou membro do movimento escoteiro e creio que isso me fortaleceu para lutar pelas causas educacionais e direitos coletivos. No meu último ano de escola, e último ano como presidente do Grêmio, tive a oportunidade de participar do projeto Jovem Parlamentar Brasileiro, no qual eu e minha parceira de Grêmio, Flávia Vitória, fomos os únicos que tiveram os Projetos de Lei aprovados no interior de São Paulo, meu projeto visava a capacitação e a inserção de primeiros socorros nas unidades de ensino, e o projeto da Flávia visava uma melhor inclusão de deficientes auditivos e a capacitação de profissionais da educação com a língua brasileira de sinais (LIBRAS).

O Grêmio tem um poder magnífico de influenciar os jovens para que assumam mais responsabilidades e se identifiquem dentro de seu grupo social. Realizamos uma reunião entre os alunos do Grêmio e notamos o extremo desejo em ter uma festa de halloween em nossa escola, porém sempre tivemos alguns déficits na participação efetiva do ensino médio em nossas festas. Portanto, chegamos a conclusão de que deveríamos investir na divulgação do evento. Passamos de sala em sala, criamos posts dos bastidores da organização do evento e enfim gravamos um trailer com a temática "Hospício".

Vale ressaltar a importância da relação sadia entre os alunos engajados no Grêmio Estudantil com os funcionários da escola e, sobretudo, os alunos da unidade. A cumplicidade entre os alunos gremistas deverá existir durante todo mandato. A persuasão, resiliência e criatividade terão que ser o pilar de todos os projetos no Grêmio. E foi com grandes esforços, mais de 4 anos de contribuição no Grêmio, que tive a oportunidade de ver uma chapa que eu presidi se tornar referência para outros grêmios no Estado de São Paulo. Fomos citados em reuniões da diretoria de ensino de Penápolis e na diretoria de ensino de Sorocaba, tendo o supervisor de ensino de nossa DE como grande apoiador de nossos projetos."

2.2 União Brasileira Dos Estudantes Secundaristas

A União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) é a entidade que congrega e representa os estudantes de instituições de ensino fundamental, médio, técnico e pré-vestibular do Brasil.

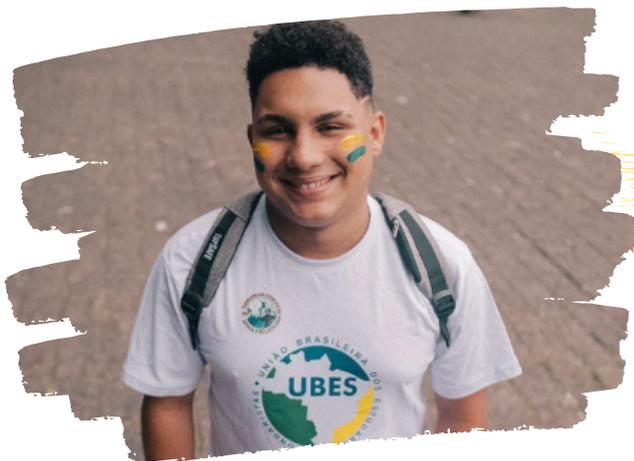
Foi fundada em 25 de julho de 1948 e seu público alvo são estudantes, independente da idade, do ensino fundamental ao médio, incluindo pré-vestibular e ensino técnico. Costuma ser representada por jovens, já que é a faixa etária mais presente nesses níveis de ensino.

O movimento objetiva a defesa da educação pública gratuita, de qualidade e laica. Em sua história, acumulam-se inúmeras vitórias e participações em eventos importantes para a vida política do país, como a resistência à ditadura militar, a luta pelo passe-estudantil, pela meia-entrada em atividades culturais, esportivas e sociais, pelo voto facultativo aos 16 anos e contra as guerras.

Suas principais conquistas são a instituição do Plano Nacional de Educação, a destinação de ao menos 10% do PIB para a educação, royalties do petróleo e fundo social do pré-sal para a educação, passe livre em transporte público, reconstrução da casa do poder jovem, inserção e manutenção das disciplinas de sociologia e filosofia na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), reserva de vagas nas universidades para negros, pardos, indígenas, egressos de escola pública e estudantes de baixa renda, criação do FUNDEB, instituição e participação no Conselho Nacional de Juventude, previsão de voto aos 16 anos na Constituição Federal de 1988 e a Lei do Grêmio Livre.

A cada dois anos, acontece o Congresso Nacional da UBES (CONUBES), que é o principal fórum deliberativo do movimento secundarista brasileiro. Esse é o momento em que estudantes secundaristas de todas as regiões do país, eleitos delegados em suas escolas, elegem a nova diretoria da UBES. A eleição acontece por chapas que apresentam suas propostas de gestão. O evento também determina os rumos da entidade para o próximo período. A participação é aberta a qualquer estudante do ensino fundamental, médio, técnico e pré-vestibular.





Pedro Gorki

Ex-presidente da UBES e UMES-Natal
Presidente da UJS-Natal

“Desde meus 13 anos escolhi fazer parte do movimento estudantil, por entender que a luta da educação é uma das mais fundamentais para a garantia do país soberano, livre e desenvolvido que eu e tantos sonhamos. Até chegar na presidência da entidade máxima de representação dos estudantes das escolas brasileiras, fui de Grêmio Estudantil, da União Municipal de Estudantes de minha cidade (Natal) e liderança no movimento das ocupações de escolas.

E a principal coisa que aprendi e aprendo com o movimento dos estudantes é que não basta lutar sozinho. Sonhar junto e organizar-se com gente que tem o mesmo desejo de transformação das coisas que a gente é o que faz com que as coisas caminhem, porque a solidão não é uma opção para quem defende o que é coletivo.

Mas eu peço licença para não focar em falar de mim, mas falar sobre amor. Não apenas o romântico, mas o sentido essencialmente social e humano que traz essa palavra.

O amor é o princípio de tudo. Não dá pra falar em organizar-se enquanto jovem sem pronunciar esse nome. Qual ato de amor maior senão o de entregar sua própria juventude para um bem comum? Qual ato maior de solidariedade do que a humildade em servir ao povo?

Seja no movimento estudantil, seja como escoteiro ou escoteira ou seja onde for, nós devemos sempre preservar no nosso peito o carinho e o amor pelo povo que escolhemos cuidar e amparar.

O momento não é fácil e isso redobra ainda mais a nossa responsabilidade e importância. O país precisa ainda mais de nós, jovens, pra sarar suas feridas e acalantar os corações brasileiros. Vocês têm um grande desafio e tenho certeza que são maiores do que ele.

Contem com o movimento estudantil por toda esta caminhada enquanto o nosso anseio for o mesmo: o de construir um país do tamanho dos sonhos da juventude brasileira.”



2.3 Diretório Central Dos Estudantes (DCE)

O Diretório Central dos Estudantes, normalmente conhecido como DCE, é a representação máxima dos estudantes dentro das instituições de ensino superior. Indiferente do curso ou do ano de ingresso, todo estudante é representado pelos membros do DCE, os quais são responsáveis por apresentar as demandas dos estudantes frente à gestão da instituição e assegurar que os seus direitos sejam respeitados. Também cabe ao DCE proporcionar espaços de debate e mobilizações, assim como atrações culturais. O Diretório Central dos Estudantes deve existir em toda instituição de ensino superior que possua mais de quatro cursos.

Para participar de um DCE, a pessoa deve estar devidamente matriculado como estudante em ao menos um dos cursos que a instituição de ensino superior oferece. O próximo passo é informar-se sobre o funcionamento do DCE da sua instituição e ler o estatuto que o rege. Lá constará qual o tempo do mandato - normalmente de um ou dois anos -, como ocorrem as eleições, de quantos cargos o DCE é composto e demais informações relevantes.

A eleição de um novo DCE é feita por etapas, sendo a primeira a homologação da candidatura. Para homologação da candidatura, normalmente a comissão pedirá a apresentação da chapa com todos os cargos preenchidos, algo que muitas vezes demanda tempo e procura para encontrar pessoas que se encaixem nos perfis esperados para cada cargo. Após a homologação da candidatura iniciará a campanha, onde serão apresentadas as propostas e ocorreram os debates entre as chapas candidatas e os e as estudantes da instituição. Lembre-se sempre de apresentar argumentos sólidos e fundamentados. O mesmo vale para as propostas: apresente como elas serão postas em prática. Ao fim da campanha ocorrerá a votação, onde será eleito o novo DCE.

Vale salientar novamente que as fases do processo podem variar entre as instituições, mas devem estar explícitas no seu estatuto.

Caso sua instituição de ensino não tenha um Diretório Acadêmico, busque informações de como abri-lo no site da UNE (União Nacional dos Estudantes). Lá você encontrará um passo-a-passo de todo o processo de criação de um DCE





Thales Ruan Piovezan

Presidente 2019 e Vice-Presidente 2020
do DCE do Instituto Federal do RS
G.E. Tupinambás - 44/RS

“A minha experiência como Ex-presidente (2019) e atual Vice-presidente (2020) do Diretório Central dos Estudantes do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, foi e é extraordinária. Como representamos todos os estudantes de uma instituição, somos julgados por uma gama muito grande de opiniões e pensamentos diferentes e conflitantes. Sendo assim, necessitamos desenvolver nossa argumentação, nosso poder de conciliação, assim como aprender a sermos presentes e empáticos com nossos estudantes e seus problemas. Outras habilidades são desenvolvidas durante o mandato, sendo a forma de se portar e a escolha das palavras. Algumas delas, e tais habilidades, levamos para a vida toda. O DCE é uma ótima oportunidade para quem pretende assumir no futuro cargos públicos que demandam um poder de liderança muito grande, como por exemplo, prefeito, governador ou presidente. Então, se isso lhe interessa, monte uma chapa e venha fazer parte dos movimentos estudantis!”

2.4 União Nacional dos Estudantes (UNE)

Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes é o órgão máximo de representação dos estudantes universitários brasileiros. O objetivo principal da UNE é a luta por melhores condições no âmbito educacional. A UNE historicamente participa ativamente do contexto político do país. Desde a sua fundação, a história da União dos Estudantes confunde-se com a história do Brasil, sendo que nos momentos cruciais da história, sua representatividade fez diferença.

A UNE é a entidade máxima dos estudantes brasileiros e representa cerca de seis milhões de universitários de todos os 26 Estados e do Distrito Federal. Dentro das instituições de ensino os estudantes se organizam em entidades representativas, como DAs (diretórios acadêmicos), CAs (centros acadêmicos) e DCEs (diretórios centrais). Também existem uniões estaduais de estudantes e executivas nacionais de cursos. A união destas organizações forma, há mais de 70 anos, a União Nacional dos Estudantes.

Qualquer estudante pode ser candidato à diretoria da UNE e participar do Congresso Nacional da UNE (CONUNE), que ocorre a cada dois anos. Durante o Congresso, é realizada a eleição para a diretoria da UNE.



Luís Filipe Eich

Diretor de Relações Institucionais da UNE

“ Sou estudante de Economia na Universidade Federal do Rio grande do Sul e faço parte da direção executiva da União Nacional dos Estudantes, através da Diretoria de Relações Institucionais. Entretanto, minha participação no movimento estudantil começa alguns anos antes.

Já na escola, me somava às manifestações organizadas pelo movimento secundarista. Logo que entrei na universidade, passei a construir a UNE participando de manifestações contra os cortes, em defesa da educação e por mais direitos para a juventude. Me organizei fazendo parte do Diretório Acadêmico do meu curso, do Diretório Central de Estudantes (DCE) e também presidi a União Estadual dos Estudantes (UEE) no Rio Grande do Sul.

Ao longo desse período, sempre admirei a forma como as lutas que os estudantes travam nas universidades em cada canto do país convergem, de forma nacional, nas pautas da UNE. Através da ampla participação em seus fóruns e da construção conjunta com centenas de coletivos, organizações e entidades de representação locais, a UNE se mantém viva e conectada com a base do movimento estudantil ao longo de sua história, travando as lutas justas em defesa da educação, da democracia e do povo brasileiro.

A história da UNE se confunde com a história do Brasil ! Nos seus 83 anos, a entidade sempre esteve presente se posicionando nos momentos mais decisivos para nosso país. No momento difícil em que vivemos, para a educação e para o Brasil, nos organizarmos através da luta e das pautas coletivas se mostra cada vez mais importante e necessário para defender nossos direitos e a democracia. Sempre bradando a “mensagem de coragem que traz um canto de esperança”, como diz seu hino, a UNE segue e seguirá lutando junto aos estudantes brasileiros, de portas abertas para todo aqueles e aquelas que queiram construir um país melhor e mais justo. Faça parte da construção da UNE na sua universidade também!”



2.5 Movimento Empresa Júnior (MEJ)

O Movimento Empresa Júnior é uma iniciativa com intenções educacionais voltadas para alunos dos ensinos superior e técnico. A ideia chegou ao Brasil na década de 1980 por meio da Câmara de Comércio Brasil – França, e nessa mesma época começaram a surgir as primeiras Empresas Juniores do Brasil. A Confederação Brasileira de Empresas Juniores, nomeada Brasil Júnior, foi criada em 2003 e busca propor diretrizes nacionais que devem ser seguidas pelas federações estaduais. O Movimento Empresa Júnior é regulamentado pela Lei 13.267/2016.

A missão do Movimento Empresa Júnior é “formar, por meio da vivência empresarial, empreendedores comprometidos e capazes de transformar o Brasil”. Assim como o Movimento Escoteiro, o MEJ busca formar líderes que tenham compromissos com resultados, postura empreendedora, saibam atuar em sinergia e busquem sempre a transparência em suas ações, uma vez que acreditam em um futuro ético e comprometido com a verdade.

Para fazer parte de uma Empresa Júnior é necessário estar matriculado em um curso superior ou técnico. Em seguida, é necessário saber se o curso possui uma Empresa Júnior. Caso exista, cada EJ tem o seu processo seletivo para a efetivação de novos membros. Uma vez efetivado pela EJ, ao final do processo seletivo, o jovem já faz parte do Movimento Empresa Júnior.

Com o objetivo de trabalhar em rede, são promovidos eventos nacionais e regionais. A nível nacional, existe o ENEJ – Encontro Nacional de Empresas Juniores, que teve sua primeira edição em 1993. Outra iniciativa é o Encontro de Líderes, que busca conectar as lideranças do Brasil. Além de eventos, o MEJ contribui, desde 2010, com mais de R\$ 70 milhões na economia brasileira, dinheiro esse que é reinvestido na educação dos empresários juniores. De acordo com o último censo, realizado em 2018, o MEJ está em todas as Unidades da Federação, apresentando resultados significativos e evoluindo a cada ano. Para conhecer um pouco mais do MEJ, acesse as mídias da Brasil Junior: www.brasiljunior.org.br ou [@bjnoinsta](https://www.instagram.com/bjnoinsta).

Caso não exista uma Empresa Júnior no seu curso, por que não fundar uma? Confira o site da Brasil Júnior. Lá você encontrará um passo-a-passo para a criação de uma Empresa Júnior!





Mariana Lyra

Presidente da Ecoflor na gestão de 2016/2017,
Equipe Concentro 2016.
G.E. José de Anchieta - 11º DF

“Entrar no movimento escoteiro, foi me encontrar enquanto valores e propósito, me descobrir quanto responsável por mudanças nos meios em que vivo; sempre levo pra todas as minhas ações o Escotismo. Ao entrar na Universidade, sempre busquei fazer parte dos projetos e ações em que espelhasse todos esses valores. Entrar no Movimento Empresa Júnior (MEJ) foi um novo reencontro de impacto e propósito. No MEJ tive ainda mais oportunidades de desenvolver habilidades de trabalho em equipe, liderança, protagonismo. Quando olho minha trajetória, todas oportunidades no mercado de trabalho que tive foram oriundas de networking do MEJ. Tenho orgulho de tudo que vivi. Enxergo o meu crescimento exponencial quanto autoconfiança, desenvolvimento profissional e pessoal em inúmeros nuances. Recomendo enormemente a experiência de empresário júnior para todos universitários. Viver o Escotismo e MEJ é ser ainda mais comprometido e capaz de transformar o Brasil.”



Rafael Werneburg

Presidente da CSTQ em 2016
G.E. Lis do Lago - 15º DF

“Eu tive a oportunidade de ser Empresário Júnior durante quase toda a minha graduação, entrei na UnB em 2013 e saí no fim do ano de 2016, atuei na Empresa Júnior desde o final de 2014. Passei mais da metade da minha graduação na EJ. Tive a oportunidade de, concomitantemente, estar no Movimento Escoteiro como pioneiro, e eu acho que encaixou muito bem, principalmente no Projeto de Vida. Entrei no escotismo com 10 anos e quando chegou a fase pioneira e, junto com ela, estar fazendo a graduação, veio o questionamento do que eu iria fazer da minha vida e do porque eu escolhi a carreira, e eu acho que encaixou bastante com o que eu vinha aprendendo na Empresa Júnior.

Eu entrei no início da empresa, um semestre depois que ela tinha sido criada, não tinha nada estruturado,

então foi ainda mais desafiante estar nesse ambiente, tudo estava se construindo, como seriam as diretorias, o fluxo de trabalho; e essas responsabilidades me fizeram dar um novo significado para a minha atuação. Durante a graduação, eu tive a oportunidade de conhecer um novo ramo do empreendedorismo, trabalhando de uma forma diferente, analisando as possibilidades, criando bastante em cima dos projetos e desafios que vinham de diversas fontes, e isso se encaixou com o que eu ia desenvolver no meu Projeto de Vida, dentro do Ramo Pioneiro.

Sem sombra de dúvidas, o MEJ na minha carreira profissional vai fazer pra sempre toda diferença por meio das pessoas que eu conheci, mas principalmente pelas habilidades que eu aprendi. Sou de um curso de exatas, Química Industrial, e eu pude ter noções de administração de empresas e recursos humanos, desde as coisas mais simples do funcionamento de uma empresa até a parte mais interessante sobre precificação, sobre estruturação de um negócio, como conversar com um cliente sobre como desenvolver uma ideia, desenvolver um projeto e um produto. Isso é algo que perpassa a minha graduação, mas eu incorporei várias habilidades que eu já tinha adquirido no Movimento Escoteiro para que elas fizessem sentido dentro do MEJ.

Na época que eu entrei não precisei fazer processo seletivo, porque estava no início, mas depois, quando a gente desenvolveu processos seletivos de trainees, e eu via que se uma pessoa é escoteira podia-se notar um diferencial de trabalho em equipe, de saber previamente coisas e habilidades que todo mundo vai ter que saber e desenvolver.”



Bárbara Neves

Assessora Comercial da Domani Consultoria Internacional
G.E. José de Anchieta - 11º DF

“Entre na Domani em setembro de 2019 e, depois que entendi o MEJ, consegui conectar todos os valores que construí durante os anos de escotismo. Percebi que todas as habilidades que desenvolvi no escotismo são totalmente aplicáveis em outras áreas importantes da minha vida profissional. Consegui perceber que posso contribuir para a mudança do Brasil de diversas formas, mas que todas elas estão muito interligadas. Ser do time Domani me abriu horizontes profissionais, consegui me aperfeiçoar em diversos aspectos! Aprender a ser mais profissional mas sem perder a essência jovem, a liderar equipes e extrair o melhor de cada um, aprendi a ter uma visão mais ampla de diversas situações. Digo que o MEJ me ajudou muito mais do que eu ajudei os clientes com quem trabalhamos. Ser empresário júnior e escoteiro são experiências que todos deviam ter na vida.”

2.6 Juventude Partidária

As agremiações partidárias sempre existiram desde o período imperial, tendo sua maior atuação durante o período democrático. Atualmente, além de defender princípios ideológicos que estão apresentados em seus estatutos partidários, a filiação partidária é obrigatória para concorrer a cargos eletivos tanto no poder legislativo quanto no poder executivo. Dentro dos partidos, existem secretariados que representam os recortes sociais de maior destaque para que possam estar inseridos no meio social.

O critério primordial para integrar um secretariado de juventude de um partido político é você ter título eleitoral e aceitar o estatuto partidário, além de após seu pedido de filiação ser aceito pelos membros do partido que poderão aceitar ou reprovar a filiação. Alguns partidos também fazem seus candidatos a filiados passarem por um processo seletivo para serem aprovados.

Como ferramenta de inovação e desenvolvimento, o envolvimento juvenil extrapola o Movimento Escoteiro e estruturas formais de educação. A renovação de lideranças é um processo constante, e a capacitação e promoção de jovens para que assumam cargos eletivos é uma forma de garantir a renovação do cenário político brasileiro. Através de iniciativas partidárias para juventude, os jovens podem iniciar uma carreira política, sendo agentes de transformação em seus municípios, estados ou país, levando seus valores e lutas para as instâncias democráticas.



Enquanto organização apartidária, os Escoteiros do Brasil não buscam promover ou apoiar nenhum partido ou agenda partidária. Através desse material, apresentamos novas oportunidades para que os jovens sejam cidadãos ativos e agentes de mudança na sociedade.



Brisa Silva Bracchi

Conselheira Estadual de Juventude pela Marcha Mundial das Mulheres e Secretaria Geral da União Estadual dos Estudantes - RN

“Relato de uma trajetória de militância jovem, feminista e partidária:

Iniciei meu contato com a militância política aos 15 anos, quando então já era aluna do Instituto Federal do RN, primeiramente a partir dos movimentos feministas virtuais e partindo em pouco tempo para buscar construir esses movimentos na cidade. Esse é um passo importante, sair do mundo virtual para o real. Nesse processo compreendemos que a disputa de narrativa na guerra de informação da internet é, sem dúvidas, importante mas que toda teoria só ganha vida se for acompanhada do exercício da prática.

Nessa caminhada fui acolhida pelo movimento estudantil, ajudei no processo de reativação do grêmio do IFRN, compreendi a importância das entidades representativas de cada classe para a luta por seus direitos e melhorias. A partir daí, conheci também a Marcha Mundial das Mulheres, movimento que combate o sistema patriarcal, colonialista e racista que estamos inseridos, lutando pela construção de um mundo novo pautado na solidariedade, igualdade e no bem-viver. Organiza-se a partir da auto organização das mulheres, me fazendo então compreender a importância de que cada sujeito seja protagonista do seu local de fala. Assim como as mulheres na luta contra o machismo, os negros e negras na luta anti-racista, os e as LGBTs na luta contra LGBTfobia e assim adiante. Sem dúvidas é um passo muito importante aprender quando é nosso lugar de fala e quando é nosso lugar de escuta.

Uma nova reflexão então me levou a novas construções: se lutamos pela construção de um novo modelo de sociedade e vivenciamos agora uma democracia representativa e republicana, em que a disputa eleitoral define em grande parte os moldes da vida de grande parte do povo brasileiro, significa então que não podemos nos eximir da disputa institucional. Não, não acredito que a revolução que almejamos se dará no espaço institucional, mas este é sem dúvidas deveras importante. Sendo assim, passei a também participar do partido em que sou filiada, não só apoiando candidatos/as nos períodos eleitorais, mas construindo e disputando diariamente os rumos do partido que acredito que seja aquele que ainda hoje possui mais capacidade e capilaridade para defender o legado que construiu e fazer com que a política sirva à sociedade como um todo e não apenas aos mais poderosos.

Por fim, já para não me alongar tanto, encerro compartilhando a certeza de que ao militar, seja em movimentos sociais ou organizações partidárias, ao passo que transformamos o mundo ao nosso redor, em mesma medida somos transformados em si mesmo.”

2.7 Conselho Nacional De Juventude (CONJUVE)

Criado pela Lei Federal 11.129 de 2005, o CONJUVE é um órgão governamental que reúne organizações públicas e privadas, de diversas frentes de atuação, a fim de formular políticas públicas para a juventude, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude. Suas reuniões acontecem 4 vezes ao ano e tem a função de fomentar intercâmbio de ideias e criar e propor diretrizes para ações governamentais a nível nacional. A composição do Conselho segue a proporção de 1/3 dos membros do poder público e da sociedade civil organizada, atualmente totalizando 40 pessoas.

A inserção neste Conselho se dá através de editais bienais, onde se inscrevem as organizações que, posteriormente, concorrem por uma vaga na frente almejada. As organizações titulares e suplentes são escolhidas por votação na Conferência Nacional de Juventude. Todos os inscritos no edital como representantes das organizações estão aptos a votar. Para toda posição titular, há um suplente. A pessoa física torna-se representante da organização, por meio de decisão administrativa, interna, dessa.

Por ser um Conselho governamental, o CONJUVE possui diversas ações e projetos em parceria com outros órgãos públicos; dentre eles, podemos destacar o projeto E-Startup, que é um programa de empreendedorismo como uma forma de emancipação; o Comitê Partidário de Articulação Política (CPAPJ), que é uma ponte da SNJ com a militância partidária do país, contribuindo com o diálogo dentro do Congresso Nacional; o Inova Jovem, que é um projeto voltado à comunidades carentes, focado em empreendedorismo por meio da capacitação e um sistema integrado em rede; e a Estação da Juventude, que tem como objetivo equipar locais públicos na busca de capacitação, informações e troca de experiências. Todos contam com o apoio e o monitoramento do Comitê Interministerial da Política de Juventude (Coijuve), formado por ministérios para facilitar o diálogo e a comunicação com os setores da juventude.

São competências do CONJUVE:

1. Propor estratégias de acompanhamento e avaliação da Política Nacional de Juventude;
2. Apoiar a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República na articulação com outros órgãos da administração pública federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal;
3. Promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;
4. Apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem assegurar e ampliar os direitos da juventude;
5. Articular-se com os conselhos estaduais e municipais de juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude;
6. Fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.



Pedro Henrique

Conselheiro Nacional Titular 2017-2020
G.E. Profo Luis Soares 12/RN

“O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) é um órgão federal, criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional da Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Atualmente vinculado à Secretaria Nacional da Juventude do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Reunindo algumas das principais organizações juvenis do país, é um espaço voluntário de participação democrática e controle social de políticas públicas voltadas à área da juventude e tem como atribuição formular e propor ações públicas, através de estudos e pesquisas da realidade da juventude do país, promovendo troca de informações entre organizações juvenis nacionais e internacionais. Promovendo articulações, engajamentos e mobilizações em redes promovendo intercâmbios entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Nós, Escoteiros do Brasil, estamos presentes desde a fundação do Conselho, participando de diversos processos seletivos e conquistando a cada gestão uma cadeira no maior conselho de juventude do Brasil, temos o papel fundamental de ser uma das instituições com mais pluralidade existente no Conselho, sendo uma das poucas com presença em todo o território Brasileiro e abertura internacional. Participamos ativamente de debates em grupos de trabalho sobre Educação formal e não formal, meio ambiente, esporte e lazer.

Penso que o principal objetivo como conselheiro é fazer com que todo o processo seja acessível à maior parte dos jovens da nossa instituição e também os não associados, chegando na capital e nas cidades mais distantes, para que eles façam parte das discussões e decisões que vão impactar diretamente seu cotidiano. Sem sombra de dúvidas é uma responsabilidade imensa, porque é um conselho que tem a missão de representar mais de 51 milhões de jovens brasileiros, além de que é um papel fundamental o dos Escoteiros para a sociedade brasileira.”

CONJUVE

2.8 Conselho Estadual Da Juventude (CEJUV)

O CEJUVE é um espaço de diálogo entre os jovens da sociedade civil e o governo do estado, possuindo como principais objetivos propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política estadual de juventude; apresentar políticas públicas para o segmento juvenil; promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da juventude local; e assegurar que a Política Estadual de Juventude do governo de cada estado seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã.

O conselho é formado por representantes do poder público - em especial das secretarias mais ligadas à juventude - e das organizações da sociedade civil. Os quantitativos de cada setor social variam de acordo com o estado. Os conselheiros são eleitos entre membros titulares e suplentes para representar cada uma das frentes no conselho, que estão associadas ao âmbito de atuação da organização que o indivíduo representa.



Gabriel Medeiros

Subsecretário da Juventude da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos - RN

“Eu sou Gabriel, tenho 25 e sou Subsecretário da Juventude da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Desde a adolescência, percebi a importância da organização da juventude para disputar os rumos do seu destino. No ensino médio, integrei gestões do Grêmio Estudantil da minha escola mobilizando a juventude por reivindicações direcionadas a escola, a cidade e ao país. Na universidade, continuei a trajetória no movimento estudantil e fui membro do Centro Acadêmico do curso de direito, coordenador-geral do Diretório Central dos Estudantes e 1º diretor de universidades públicas da União Nacional dos Estudantes.

Hoje, integro a gestão do governo do Estado e estou na presidência do Conselho Estadual de Juventude, estabelecendo diálogo permanente entre a administração pública e as diversas formas de organização da juventude, junto a quem se dispõe a dedicar a fase mais encantadora de suas vidas à construção coletiva das transformações.”



Nathália Castilhos

Conselheira Estadual de Juventude Titular 2019-2021
G.E. Universitário - 31/RN

O conselho de juventude foi um marco de empoderamento juvenil na minha vida. Ele representou meu crescimento pessoal no entendimento do papel do jovem na sociedade brasileira, em especial, no Rio Grande do Norte. Foi importante “sair da minha caixinha” e perceber o quão amplo significa “juventude” e os múltiplos aspectos que envolvem ela; conhecer à outras realidades, significou amadurecer para questões completamente adversas às quais já havia sido exposta. O CEJUV, me tornou uma jovem um tanto mais criativa, consciente e engajada no sonho de ajudar à outros jovens.

Partir do princípio de que estava agora, em lugar de representatividade e liderança, trouxe à minha vida senso de responsabilidade e comprometimento, vivenciado no estudo e ações para mudanças, propiciadas pelas políticas públicas que desenvolvemos. Foi sair de um espaço de inércia social, ao de decisão e ação para a MINHA juventude e entender que essa não é o futuro, mas sim o presente do Brasil.

Protagonizar esse espaço indica que o futuro ideal está perto e palpável. Tomar a responsabilidade e colher os frutos desse trabalho é libertador!



2.9 Conselho Municipal De Juventude

Os Conselhos Municipais são mais uma instância de participação e interlocução social. Ligados ao poder executivo das cidades, ajudam na idealização e planejamento de políticas públicas que têm como público alvo os jovens. Esse é um espaço de discussão que permite a troca de experiências e o debate sobre necessidades em comum. Seus modelos não são idênticos, mas possuem uma composição bastante similar, de participação pública -sociedade civil e poder público-, que se popularizou após a Constituição Federal de 1988. Devem possuir um caráter consultivo e de troca intergeracional, com suas representações sendo pautadas na diversidade sociocultural.

Os Conselhos possuem um regimento interno, que guia e regula as suas ações básicas, construído e aprovado pelo conselho, estando de acordo com a Lei que o implementou. O seu funcionamento se dá por grupos de trabalho e comissões, divididos por temáticas e equipes de interesse. Além disso, o custeio de implementação e atuação desse deve ser orçado pela gestão municipal.

A participação civil nesse processo se dará em audiências públicas, por representação de associações ou organizações eleitas para ocupar cadeiras no conselho, como titulares ou suplentes.



Maycon Dias Cadorine

Conselheiro Municipal de Juventude de Vitória da Conquista 2019 - 2020
G.E. Dom Climério - 36/BA

“Meu nome é Maycon, tenho 20 anos, e atualmente ocupo uma, das duas cadeiras disponíveis para a Sociedade Civil, no Conselho Municipal de Juventude, na cidade de Vitória da Conquista, localizada no interior da Bahia. Tudo que sou hoje, e que alcancei, tenho que agradecer a todos os projetos sociais e extra escolares propostos pelos antigos membros do Conselho de Juventude aqui da cidade. Percebi a importância de ser uma pessoa atuante na sociedade, a partir do momento em que tomei ciência de que as minhas ideias, junto com a de outras pessoas, poderiam impactar num crescimento social. Estando dentro do Conselho Municipal de Juventude, pude participar e votar projetos, além de idealizar cursos que tiveram como alcance toda a sociedade juvenil. Além de sempre, é claro, impulsionar a importância do movimento escoteiro na minha cidade em todos os momentos que pude.

Continuo sempre acreditando que, o engajamento de um jovem na sociedade faz muita diferença. Tanto na vida dele, como na vida de outras pessoas que ele vá alcançar.”

2.10 Organização das Nações Unidas (ONU)

A Organização das Nações Unidas, mais conhecida como ONU, é uma Organização Internacional Governamental, ou seja, é composta por países membros, incluindo o Brasil. A missão da ONU é fomentar a paz entre as nações, cooperar com o desenvolvimento sustentável, monitorar o cumprimento dos Direitos Humanos e das liberdades fundamentais e organizar reuniões e conferências em prol desses objetivos.

A Organização das Nações Unidas possui seis órgãos principais para organizar suas atividades: a Assembleia Geral, o Conselho de Segurança, o Conselho Econômico Social, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado. A participação na ONU não é obrigatória e ela não constitui um governo mundial, como muitas pessoas acham. Em outras palavras, a Organização não pode obrigar nenhum país a fazer nada que ele não queira.

Além desses órgãos, existem 15 agências especializadas que são encarregadas de temas específicos. Duas delas tem um envolvimento maior com os temas de infância e juventude: o UNICEF (Fundo das Nações Unidas para Infância) e o UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas), estando o primeiro mais relacionado à infância e o segundo à juventude.

Enquanto jovens, existem diversas formas de se engajar internacionalmente, mas a primeira coisa a se ter noção é que o âmbito internacional é uma arena para a troca de ideias e o pensamento global, mas é preciso agir localmente.

As principais formas de se engajar são:

- a) sendo um membro da sociedade civil organizada;
- b) sendo um oficial das Nações Unidas;
- c) sendo um voluntário das Nações Unidas e;
- d) sendo parte do governo de um dos países membros.

Embora seja uma organização essencialmente formada por países, a ONU valoriza a participação da sociedade (incluindo os jovens) nos ambientes de tomada de decisão. Durante grandes conferências ou até mesmo no processo de elaboração de políticas públicas globais, várias pessoas representantes de movimentos organizados são convidadas a participar. A palavra organização é muito importante, porque remete às ONGs, que também trabalham bastante nos temas abordados pela ONU e por isso têm conhecimento empírico de como as estratégias funcionam dentro das comunidades. Exemplos de membros da sociedade civil são o GreenPeace, a OMME, WWF, entre outros.

A ONU tem uma estrutura muito grande, que opera em diversos países em todos os continentes. Por conta disso, necessita de um corpo profissional muito grande e diverso. Um diferencial é o Programa de Jovens Profissionais, que visa incentivar a participação juvenil dentro das Nações Unidas. Pessoas com menos de 32 anos podem participar de um processo de seleção exclusivo, com requisitos próprios e sem exigir muitos anos de experiência, o que normalmente é o maior limitador para muitos jovens.

Além de trabalhar profissionalmente para as Nações Unidas, também é possível dedicar seu tempo atuando diretamente para a implementação da missão da ONU em diversos locais do mundo através do programa de voluntariado. Para participar é muito simples, a organização disponibiliza um site com todas as vagas disponíveis e você se postula para que achar que se encaixa melhor com suas necessidades.

Ainda é possível se envolver com a ONU sendo integrante de um dos governos dos países membros. Geralmente acontecem muitas reuniões de alto nível que juntam representantes de diversos países para tratar de temas específicos, como saúde, educação, economia, entre outros.

Outra maneira de participação e engajamento com as Nações Unidas é por meio de eventos e capacitações. Diversas agências lançam processos seletivos para escolher jovens lideranças em seus países para capacitá-los nos temas referentes às suas agências, além de temas relacionados à agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável. A melhor maneira de se informar sobre esses processos seletivos é sempre estando atento aos websites das agências especializadas.



Matheus Valois Serra

Participante do II Acampamento de Lideranças do Fundo de População das Nações Unidas G.E. Cataratas - 79/PR

“Minha experiência participando de eventos e capacitações das Nações Unidas foi realmente muito importante no meu desenvolvimento pessoal e acredito que pude fazer a diferença na agenda do evento, mesmo sendo um jovem novato. Eu participei do II Acampamento de Lideranças, promovido pelo Fundo de População das Nações Unidas, foi o voto de confiança que precisava para começar a me envolver mais com o sistema ONU. Fui selecionado no processo seletivo realizado por eles e posteriormente tive a oportunidade de representar a Região Escoteira Interamericana e a OMME como um todo em eventos relacionados aos temas em que fui capacitado. Graças a esses eventos tive a oportunidade de conhecer diversos jovens ativistas que trabalham com Direitos Humanos nos mais diversos ambientes de discussão e também de mostrar a realidade do Brasil e também o trabalho que nossa organização está realizando. Tive condições de conhecer pessoas de diversos governos e agências da ONU e estabelecer contatos com todas essas pessoas para que possamos somar forças para a construção de um mundo melhor. O internacional é muito bom por nos dar opções diferentes de como mudar a nossa comunidade, pensando de maneira global e agindo localmente”

2.11 Organização Mundial do Movimento Escoteiro (OMME)

A Organização Mundial do Movimento Escoteiro (OMME) é uma organização internacional, não governamental, composta por suas Organizações Escoteiras Nacionais (OEN) reconhecidas.

A participação na OMME se dá através das 171 Organizações Nacionais, como os Escoteiros do Brasil. No Brasil, enquanto crianças, adolescentes ou jovens até 21 anos, a participação é uma oportunidade de educação não formal, sustentada por processos educativos característicos do Movimento Escoteiro, através do Método Escoteiro, reconhecendo a realidade local das diversas comunidades em que o Escotismo está presente.

Enquanto adultos, a partir dos 18 anos, a participação é voluntária, como contribuintes para as Organizações Escoteiras, mesmo que, em diversos países, ainda há oferta de programa educativo para jovens acima dos 18 anos. Nos Escoteiros do Brasil, é possível participar como escotista ou dirigente nos níveis local, regional ou nacional.

Como uma organização internacional com mais de 50 milhões de membros, a OMME possibilita formas de participação internacional. Através de eventos, grupos de trabalho, forças-tarefa ou organismos representativos, os jovens a partir de 18 anos podem se envolver no nível Mundial ou em uma das seis regiões internacionais que compõem a OMME - nós, Escoteiros do Brasil, integramos a Região Interamericana.

A Rede Nacional de Jovens Líderes é uma ferramenta de envolvimento juvenil dos Escoteiros do Brasil. Através da participação na Rede, os jovens-adultos entre 18 e 25 anos se desenvolvem nos âmbitos institucional, educativo e social. Estrategicamente, a RNJL atua como um catalisador do processo de formação de lideranças, permitindo que jovens líderes ocupem espaços decisórios e atuem com maior sensibilidade às perspectivas juvenis.



Apenas um ponto de partida...

Ei, não pense que acabou por aqui! Nosso momento de envolvimento está só começando. Agora é a sua vez de colocar em prática o envolvimento juvenil, saindo da sua zona de conforto e explorando novas oportunidades. Estamos muito gratos por contar com a sua companhia até agora. Não esqueça:, não importa a realidade em que você vive, sempre é possível fazer a diferença e deixar o mundo um pouco melhor.

Esta é a primeira versão deste documento que, embora pioneiro, ainda tem muito a evoluir. Queremos que a constante atualização proporcione mais oportunidades para a juventude escoteira, através da inserção de novas organizações de envolvimento juvenil. Se você participa ou conhece alguma outra organização de/para juventude, não deixe de enviar para o Núcleo Nacional da Rede Nacional de Jovens Líderes, através do e-mail nnjl@escoteiros.org.br, assim poderemos expandir ainda mais este documento.

Por fim, só nos resta um último recado: somos a geração da internet, mas toda batalha tem mais de uma frente. Não deixe de ocupar espaços e de fazer a diferença. Você é um vetor de transformação na sociedade. Leve sua perspectiva para os espaços decisórios, seja uma referência.

A cartilha Envolvimento em Organizações de Juventude é um material de jovens para jovens. Agradecemos imensamente a todos os colaboradores que construíram junto conosco esse sonho, e agradecemos a você que nos acompanhou.

Seguiremos, assim, juntos e fazendo a diferença.

Contem sempre conosco!

Núcleo Nacional de Jovens Líderes

Agosto de 2020

Bibliografia

CASA CIVIL. planalto. LEI Nº 7.398, DE 4 DE NOVEMBRO DE 1985. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. História Ubes. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Universidade Federal do Espírito Santo. O que é e para que serve o DCE. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Info Escola. União Nacional dos Estudantes. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

WULFING, William. O que é uma empresa júnior. Equilíbrio assessoria econômica, 2020. Disponível em:. Acesso em: 19 de agosto de 2020

Brasil Júnior. Crie sua empresa júnior. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

AZEVEDO, Décio. A questão da evolução da cidadania política no Brasil. 19 de agosto de 2020

CASA CIVIL. planalto, LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

CASA CIVIL. planalto. LEI Nº 11.129, DE 30 DE JUNHO DE 2005. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Governo do Estado da Bahia. Conselho Estadual de Juventude – CEJUVE. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Politize!. O QUE É UM CONSELHO DE JUVENTUDE?. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Organização das Nações Unidas. A história da organização. Acesso em: 19 de agosto de 2020

Organização das Nações Unidas. United Nations Carrers. Home Page. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Organização das Nações Unidas. UN Volunteers. Home Page. Acesso em: 19 de agosto de 2020

União dos Escoteiros do Brasil. Escoteiros do Brasil. Cartilha do Escotismo Mundial. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

Envolvimento em Organizações de Juventude



Escoteiros do Brasil
Rede Nacional de Jovens Líderes